

DIÁLOGO PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Leila Márcia Souza Oliveira¹
Antônio do Nascimento Gomes²
Denise Cristina Vitale Ramos Mendes³

RESUMO: *Este artigo analisa a experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia, buscando compreender suas possibilidades na construção do diálogo para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, o Fórum vem se destacando como espaço relevante para o debate entre distintas visões sobre os conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Ao reunir atores diversos do setor empresarial às comunidades locais, ele se constitui em uma arena mais representativa da sociedade, cujos conflitos, mediados e tratados por meio do diálogo e da ação comunicativa, projetam-se como questões públicas. Discutir os avanços e os limites dessa experiência, à luz da melhoria das condições de vida das comunidades no entorno dos empreendimentos de base florestal, localizados no espaço territorial em referência, é o principal objetivo deste artigo.*

Palavras-Chave: Desenvolvimento sustentável; Capital social; Participação social; Esfera pública.

INTRODUÇÃO

As empresas são “construções sociais”, isto é, “sujeito e objeto da realidade da qual fazem parte” (VERGARA & BRANCO, 2001, *apud* GOMES, 2005, p. 2), uma vez que as decisões oriundas delas influenciam não apenas suas atividades, econômicas ou operacionais, mas também as comunidades no seu entorno, bem como a sociedade de modo geral.

Os impactos econômicos das empresas são fatores críticos para a obtenção de resultados social e ambiental, principalmente, nas comunidades pobres. Por outro lado, a estabilidade ambiental e social da região influenciada por uma organização é fator fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento desta mesma organização.

Essa junção de fatores justifica o movimento em direção ao desenvolvimento sustentável e a minimização da pobreza. O papel social de uma empresa torna-se mais amplo, prevalecendo a busca por estabelecer relações com diversos grupos de interesses, os *stakeholders*, indo além dos acionistas, incluindo fornecedores, empregados, clientes, comunidade e o próprio governo.

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador (UCSal), Especialista em Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos, Especialista em Saúde Mental e Consultora de Empresas e Organizações Sociais. E-mail: leila.oliveira@terra.com.br. Autora.

² Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Ciências Florestais e Doutor em Ciências Florestais pela mesma Universidade, atualmente ocupa o cargo de Gerente Regional da Aracruz Celulose. E-mail: anngomes@aracruz.com.br. Co-autor.

³ Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo e doutora em Direito pela Universidade de São Paulo. Foi *Visiting Scholar* na Universidade de Columbia, Nova York (2001/2002). Atualmente é pesquisadora e professora doutora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo. E-mail: denisevitale@gmail.com Orientadora.

Assim concebido, o conceito de sustentabilidade como estratégia de gestão passa a ser instrumento imprescindível. Segundo a Dow Jones (2001 *apud* GOMES, 2005, p. 34), as empresas líderes em sustentabilidade, dentre outros fatores, são aquelas que integram os aspectos econômicos, ambientais e sociais nas suas estratégias de negócio de longo prazo e encorajam o bem-estar social estável nas comunidades onde operam, engajando diálogo ativo com os diferentes *stakeholders*. A sustentabilidade empresarial é, também, contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável.

Outro conceito importante é o de *engajamento*, que consiste em discutir com as partes interessadas questões comuns (ambientais, sociais e/ou econômicas) entre elas e a corporação, de forma transparente, participativa, inspirando a construção de uma relação confiável. Pressupõe-se que, quanto maior o nível de engajamento maior o potencial de resultados positivos, assim como maior o investimento de tempo e de recursos requeridos.

Para se ter um bom engajamento é preciso saber ouvir de forma empática; conseguir colocar-se no lugar do *stakeholder*, para compreender seu contexto e suas realidades; entender, na perspectiva deles, a melhor forma de relação; ter capacidade e tempo para reflexão; disposição para quebra de paradigmas e (pre)conceitos e, por fim, ter e manter consistência entre discurso e prática.

Para uma organização preocupada com a sua existência e perpetuidade, o principal objetivo na contemporaneidade é uma estratégia de forma sustentável, capaz de identificar caminhos no intuito de estabelecer e manter valores, ou seja, minimizar os riscos e maximizar as oportunidades, tanto para a própria empresa quanto para a sociedade (GOMES, 2005, p. 85).

Neste sentido, entende Gomes (2005, p. 3) que as grandes questões humanitárias, a exemplo da inclusão social, diversidade e diminuição da pobreza estão sendo incorporadas à agenda da responsabilidade social e do desenvolvimento econômico das empresas. Esta é a diretriz do “Pacto Global”, lançado pela ONU em 1999, ao sugerir que as empresas devem aderir e assumir compromissos globais em busca do desenvolvimento humano sustentável, cuja justiça e equidade também são suas responsabilidades, devendo envolver-se numa agenda de ação local (ETHOS, 2004 *apud* GOMES, 2005, p. 4).

Por outro lado, vê-se cada vez mais a emergência de atores coletivos locais, fruto de uma fresta entre a esfera pública e o sujeito, este último buscando alternativas para que as suas demandas sejam merecedoras de atenção e resolução, ante o distanciamento do cidadão e do Estado (em suas diversas formas de representação: executivo, legislativo e judiciário). Esses atores mobilizam redes comunicativas capazes de co-produzirem uma esfera pública.

O efeito resultante é a “construção de espaços públicos, tanto daqueles que visam promover o debate amplo no interior da sociedade civil sobre temas/interesses até então excluídos de uma agenda pública [...]” (DAGNINO, 2002, p. 10) quanto àqueles já institucionalizados sob forma de co-gestão entre o Estado e a sociedade civil. Desse modo, ao lado de instrumentos típicos de participação social como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos, o espaço público pode ser construído por instâncias formadas por outros atores sociais com dinâmicas diversas de funcionamento.

De acordo com a mesma autora, o “espaço público” pode ser definido como:

instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas; que não são monopolizadas por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, mas são heterogêneos, ou seja, refletem a pluralidade social e política; que, portanto, visibilizam o conflito, oferecendo condições para tratá-lo de maneira tal que se reconheçam os interesses e opiniões na sua diversidade; e nas quais haja uma tendência à igualdade de recursos dos participantes em termos de informação, conhecimento e poder”. (DAGNINO, 2006, p. 23 e 24)

Segundo Dagnino para Habermas (2006, p. 24), “o espaço público [...] trata-se de abertura de espaços onde se debatem assuntos públicos, isto é, o interesse coletivo [...]”. A crítica, o debate e o argumento são ferramentas que devem ser utilizadas, privilegiando a passagem do discurso para a ação, num exercício deliberativo.

Carvalho (1998, p. 24) afirma que “nem todas as questões ou aspectos da gestão da sociedade podem ou devem ser normatizadas ou assumidas pelo Estado”. Em muitos casos, a ausência do Estado para a equalização das questões, levando o cidadão a resolver os problemas por sua conta própria, é um motivador do surgimento de “espaços públicos paraestatais” (COSTA, 1997, p. 8).

O aparecimento de prática participativa no formato de Fóruns tem sido a tradução atual maior desta possibilidade de interlocução. Geralmente, eles acolhem uma diversidade de sujeitos, muitas vezes como representantes de organizações sociais (ONGs, sindicatos, associações, entidades profissionais, dentre outras), de iniciativa da sociedade civil, sem a interferência do Estado. Caracterizados pela informalidade e agilidade, são novas formas de ação e de organização.

Autores sugerem a necessidade de fomentar a sociedade a exercer práticas democráticas e cidadãs (CARVALHO, 1998, p. 24), bem como mecanismos que possibilitem o cidadão interagir com a esfera política, através de ações não convencionais (BAQUEIRO, 2003, p. 4). Frey (2003, p. 8) fala de “novas formas de organização e ação política capazes de promover tolerância, diálogo, compreensão mútua, pontes entre os diferentes grupos sociais, mas se for necessário pressão, contestação e luta contra as injustiças”. Baqueiro (2003, p. 6), por sua vez, sinaliza a importância de pessoas inventarem e encontrarem tais mecanismos informais de resolver reivindicações sem a ingerência do Estado.

A lacuna que as instituições formais estão deixando no seu relacionamento com o Estado (DAGNINO, 2002, p. 10), induzindo a retirada do domínio deste, dá à comunidade a gestão direta de suas inquietações, conflitos e realização de ações, abrindo a possibilidade do estabelecimento de diálogos entre representantes da sociedade civil e empresas privadas, num movimento de democratização da própria sociedade, fortalecendo-a.

Há de considerar, portanto, o que Putman (1995 *apud* FREY, 2003, p. 8) chama de “capital social”: “elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco”. São as relações entre os atores sociais que estabelecem compromissos e expectativas mútuas, estimula a confiabilidade e proporciona um fluxo de informações mais céleres, favorecendo os interesses públicos coletivos (PUTMAN, 1995 *apud* RATTNER, 2003, p. 3). Em outras palavras, é o estabelecimento de obrigações, confiança,

canais de informações, cultura, normas, redes e engajamento cívico e tendo por premissa ações de cooperação na comunidade em busca da resolução dos problemas do coletivo.

Importante, porém, é frisar que aqui se trata de exaltar o “capital social público”, aquele cujo objetivo volta-se para a coletividade. A importância do capital social nos mostra que é preciso quebrar o paradigma de que somente as conquistas tecnológicas são capazes de gerar desenvolvimento, como bem ressalta Baqueiro (2003, p. 35), e que, citando Foley e Edwards (1997 *apud* BAQUEIRO, 2003, p. 20), esta é uma forma de ter alternativas paradigmáticas para confrontar com os problemas da contemporaneidade. Para o Banco Mundial (FINE, 1999 *apud* BAQUEIRO, p. 20) este seria o “elo perdido” do desenvolvimento que, segundo Sen (2000 *apud* GOMES, 2005, p. 11), pode ser percebido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.

Embora se considere o alerta de Dagnino (2006, p. 25), quando ela chama atenção para a confiança direcionada às relações interpessoais e aquelas endereçadas às instituições, como fenômenos de natureza diferentes, as empresas vêm-se na necessidade de assumir papéis que devem ser desempenhados interativamente com outros atores sociais (KWASNICKA, 1995 *apud* GOMES, 2005, p. 2), sob pena de verem-se alienadas em relação à sociedade, aumentando os conflitos e a redução do seu valor econômico e político.

Como contextualiza Gomes (2005, p. 1), o modelo adotado pelo setor de celulose e papel, ao implantar suas florestas para produção, recebe críticas severas por parte da sociedade civil organizada e até mesmo de organizações públicas, pois atribuem a ele a responsabilidade pela exclusão econômica e outros conflitos sociopolíticos nas localidades no entorno do seu empreendimento.

A experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, relatado a seguir, mostra-nos a viabilidade e a efetividade deste diálogo. É o que comenta Baqueiro (2003, p. 8) ao citar diversos autores ao reafirmarem que, quando há cooperação próxima entre os atores públicos e privados, estabelece-se maior eficiência das políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Este também ressalta que formas alternativas de participação política têm surgido, mas ainda não se tem explicações teóricas adequadas. Ele enfatiza, ainda, a eficiência da democracia descentralizada pelo fato de as tomadas de decisão serem resultado de negociação direta entre os vários atores políticos.

A responsabilidade social corporativa recomenda o diálogo aberto com organizações não-governamentais e outros elementos da sociedade civil, preferencialmente nas comunidades locais (WBCSD, 2000 *apud* GOMES, 2005, p. 20).

APRESENTANDO O FÓRUM FLORESTAL

O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia é um espaço de diálogo entre a sociedade civil e as empresas de base florestal que atuam naquele território. Teve seu início em 2005, quando, por sugestão da Aracruz Celulose, algumas entidades ambientalistas se reuniram para avaliar a possibilidade de um espaço dialógico, cujo objetivo seria tratar de questões relativas à monocultura de eucalipto e seus impactos socioambientais.

A partir de dezembro de 2005, o Fórum passou a integrar todas as empresas de papel e celulose da região, representadas individualmente ou pela Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas (ABAF), quando recebeu em suas reuniões 15 convidados (Banco do Nordeste do Brasil, Parque Nacional de Pau Brasil, Sebrae, Semarh, CRA, Senar, Unisul Bahia e Universidade Federal de Lavras, dentre outros), 06 empresas (Aracruz Celulose, Veracel, Suzano, CAF/Arcelormittal) e mais de 30 organizações da sociedade civil, dentre elas o Papamel, Associação Comunitária de Nova Caraíva (ASBENAC), Associação de Proprietários de RPPN, Associação dos Artesãos de Porto Seguro, Associação Ambiental de Santa Cruz de Cabralia (ASCAE), Associação de Feirantes de Artesanato de Trancoso, Grama, Germem, Cooperativa de Artesãos de Coroa Vermelha, Natureza Bela, Instituto Cidade, IBIO, Associação Nativos de Caraíva e Flora Brasil. Como o Fórum é aberto, encontram-se nas atas assinaturas de cidadãos comuns e o registro de pessoas que não assinaram a lista de presença.

O Fórum já realizou 15 reuniões plenárias ordinárias nestes 31 meses de funcionamento (até junho/08), e tem mantido periodicidade de encontros ordinários a cada dois meses, sem computar os encontros dos grupos temáticos.

O diálogo só foi possível porque ambos os segmentos possuem ativos que permitem a troca e expertise, capazes de contribuir para mudar a realidade regional e das comunidades. As empresas possuem ativos físicos (remanescentes florestais e áreas para restauração, objetos potenciais de absorção de mão-de-obra), tecnologia e experiência traduzida num corpo técnico qualificado; capacidade de investimento; e, por fim, interesses institucionais que irão repercutir no resultado operacional e na sua imagem/reputação, necessária a um processo de certificação, além da redução de tensões sociais e de conflitos.

Por parte das entidades civis, como representantes da comunidade, elas possuem experiência, capacidade de articulação e mobilização social, gestão compartilhada e trabalho em rede; corpo técnico também qualificado e com legitimidade para negociar os pleitos da comunidade a que representam, seja com as empresas, governo, seja com agentes financiadores e outros.

Não há estrutura formal no Fórum. Até o início deste ano, as tarefas administrativas eram executadas pelos próprios integrantes em igual posição hierárquica. Recentemente, foi contratado um Secretário Executivo, cuja função é apoiar e orientar as ações internas do Fórum. O Secretário foi escolhido pela plenária e faz parte de uma das ONGs participantes.

A existência do Fórum (pagamento do Secretário Executivo; local da reunião; passagens, hospedagens e refeições; material administrativo, eventos, cursos e palestras) é custeada pela Associação Baiana de Florestas (leia-se, as empresas Veracel, Aracruz e Suzano). Nenhum integrante percebe salário direto ou indireto para participar do Fórum.

Os Governos municipal, estadual e federal não participam do Fórum, mas podem ser convidados quando da necessidade de discutir determinados temas.

O Fórum tem acontecido em diversas cidades do Sul e Extremo Sul (Porto Seguro, Eunápolis, Prado, Teixeira de Freitas e Itamarajú). Esta opção itinerante reflete seu espírito democrático, pois possibilita que as diversas organizações sociais distribuídas no território possam participar e, desta forma, o Fórum pode estar perto das comunidades.

A ENGRENAGEM SOCIAL DO FÓRUM

Como premissa, o Fórum é um espaço público de caráter democrático, aberto a participação social, por meio de todas as organizações da sociedade civil que atuam legitimamente no Sul e Extremo Sul da Bahia. Os temas prioritários, definidos pelos participantes em reunião plenária, são analisados por grupos de trabalho, integrados por representantes das organizações e das empresas, os quais são responsáveis por elaborar propostas, visando o equacionamento de questões e o aproveitamento de oportunidades.

Embora trabalhe com temas prioritários, previamente definidos, qualquer assunto diretamente relacionado à cultura e à dinâmica da atividade florestal, situada nesta base territorial e que tenha interface com as empresas participantes do Fórum, deve ser apreciado.

Outro elemento a considerar é o imperativo de trabalhar dentro do conceito de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Todas as iniciativas propostas devem considerar a segurança alimentar, a diversidade da produção florestal como ampliação de possibilidades de ganhos econômicos e a fixação do homem na zona rural.

A transparência e publicização das ações do Fórum (comunicação, agendamento de reuniões e distribuição de informações) acontecem por um grupo eletrônico, aberto a todas as organizações interessadas. Há uniformização e acesso igualitário às organizações que se colocarem interessadas na obtenção de informações oriundas dos debates realizados nas reuniões.

COLHENDO MAIS QUE FLORESTAS: GANHOS SOCIAIS

A abertura e consolidação de um espaço dialógico, privilegiando a integridade de opiniões, posicionamentos e oportunidade crítica, direcionada à construção de equacionamento de questões, foi o primeiro ganho estruturante para a continuidade da relação e de base para outras conquistas.

A orientação por diretrizes conservacionistas nas operações florestais, assumidos como compromissos, atribuiu ao Fórum o monitoramento e o retorno dos resultados para a comunidade.

São os seguintes os frutos já colhidos a partir da ação do Fórum:

- A interlocução com os Gestores das Unidades de Conservação, implicando o Estado na busca de soluções de ordenamento e disciplina territorial;
- estímulo a iniciativas locais de artesanato, como geração de renda, utilizando florestas sustentáveis;
- debate acerca das agendas públicas e indicativo de ações e interlocuções com o Estado através das instâncias formais de co-gestão;
- discussão sobre o Zoneamento Econômico-Ecológico como base de ordenamento e planejamento territorial;
- ampliação do horizonte de possibilidades para trabalhadores locais cooperados em processos de restauração florestal das empresas;

- fortalecimento do poder local;
- intercâmbios de conhecimento resultando num aprimoramento do diálogo e para a indicação dos caminhos de solução das questões enunciadas;
- intensificação do diálogo entre empresas e sociedade civil.
- redesenho da ocupação e da atuação dos empreendedores florestais fomentados pelas empresas, derivando o documento intitulado “Diretrizes para o Fomento”, orientador das boas práticas socioambientais.
- estudo sobre multiuso da madeira de eucalipto, a partir das ações junto aos fomentados, como alternativa de renda para a comunidade.

Sendo o desenvolvimento sustentável um processo dinâmico e com objetivo de longo prazo, somente a aliança dos vários segmentos da sociedade e setores da economia poderá gerar comprometimento em torno da sustentabilidade local, nacional e global. Daí, a importância de estratégias de modelo institucional possíveis de mobilizar o capital social e garantir às comunidades locais acesso aos poderes social e político, com objetivos tangíveis, macros e de natureza coletiva.

A primazia da publicidade confere a este Fórum a possibilidade de observância das suas deliberações e ações por parte da comunidade, legitimando-o como um espaço público (DAGNINO, 2006, p. 23).

O Fórum tem mostrado forte influência nas ações do governo e de outras instituições que formam a sociedade.

CONCLUSÃO

A experiência do Fórum Florestal nos mostra além da necessidade de uma interlocução direta com a sociedade, mais ainda, a importância de uma convivência dialógica, onde os ganhos socioeconômicos e ambientais sejam possibilidades reais.

A comunicação entre os diversos atores sociais (empresas e organizações) proporciona redução das tensões oriundas de interesses, inicialmente, conflitantes, quando são tomados em consideração, avaliados e negociados conforme as possibilidades de sua equação.

A ação comunicativa, então, consolida as premissas que amparam a efetividade do processo de sustentabilidade empresarial.

Apresentadas como de interesses antagônicos, as questões que envolvem a atenção da sociedade e do setor empresarial sempre foram encaradas como de difícil diálogo e negociação, pois a possibilidade de pontos de vistas distintos de uma mesma questão é apontada como desafio para a gestão e decisão compartilhadas.

Habermas (1997 *apud* COSTA, 2003, p. 1) ajuda-nos a entender este processo:

Assim como uma cultura política liberal não pode ser sacada, magicamente, da cartola, uma sociedade civil ativa com uma rede de organizações voluntárias não pode ser simplesmente produzida. Acreditar que a história podia ser

fabricada foi uma ilusão da filosofia da história. O poder administrativo não é o meio apropriado para o surgimento ou até para a produção de formas de vidas emancipadas. As estruturas comunicativas do mundo da vida, por sua vez, só se modificam através do médium da comunicação.

A existência do processo de diálogo através do Fórum vem fomentar um desenvolvimento local mais sustentável e o fortalecimento do tecido social.

A sociedade é um *stakeholder* involuntário. Os sujeitos sofrem os riscos decorrentes da atuação do empreendimento sem terem investidos em alguma forma de capital, humano ou financeiro. Ou seja, sem terem algum tipo de valor no empreendimento (GOMES, 2005, p. 21), o que pode afetar o futuro das organizações (EDEN & ACKERMANN, 1998 *apud* GOMES, p. 22), principalmente, se todo o processo dialógico não for levado a cabo, quanto à transparência, aos cumprimentos dos compromissos assumidos pela organização e à relação pactuada entre os segmentos. Se o processo dialógico não for bem construído, a empresa deve também gerenciar as perdas potenciais que os esforços de engajamento podem esconder: perda de reputação e de confiança, danos à imagem, além de prejuízos materiais.

A consideração de uma interação com os *stakeholders*, através do diálogo, viabiliza a força do capital social como sinônimo da existência de confiança social, normas de reciprocidade, redes de engajamento cívico e democracia (PUTMAN, 1995 *apud* FREY, 2003, p. 28).

Podemos analisar o Fórum, como define Telles (1994 *apud* FREY, 2003, p. 10), a “constituição de espaços públicos nos quais as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível”.

Uma nova política social, em vez de procurar remediar os efeitos destrutivos da lógica da acumulação, é concebida como condição indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Baqueiro (2003, p. 4) salienta que a construção do capital social deve ser instrumento complementar e não substitutivo dos mecanismos vigentes de ingerência política (Conselhos Gestores, orçamento participativo, *accountability*, e outros), e sinaliza também que a simples criação de instituições formais não dá garantias de estabilidade política e justiça social. Faz-se importante colocar que o Fórum Florestal trata-se de instância complementar, que vem somar e fortalecer as instâncias de co-gestão existentes, como o Conselho de Meio Ambiente.

O que podemos concluir com esta reflexão é a existência de um “contrato” entre os diversos atores do Fórum, que possibilita convivência pacífica e resolução de conflitos. Independente dos efeitos e das conquistas objetivas, cuja análise requer ainda um pouco mais de tempo para avaliação dos resultados efetivos, a simples constituição do espaço e a vontade social e empresarial de dialogar é fato essencial para o fortalecimento da esfera pública e uma razão calcada na intersubjetividade comunicativa, nas trilhas de Habermas, aponta para o fortalecimento, inclusive, da própria democracia.

Podemos sinalizar, através deste exemplo, a possibilidade de uma “nova cidadania”, como expressa Dagnino (2002, p. 10), baseada no conjunto de direitos, tomados como parâmetros básicos da convivência.

REFERÊNCIAS

BAQUEIRO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, nov. 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Instituto Polis, 1998.

COSTA, Sérgio. Feras. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. 1997.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo (org). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 12 – 27.

FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA. **Atas e documentos** (xerocópias).

FREY, Klaus. Desenvolvimento Sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21. nov. 2003.

GOMES, Antônio do Nascimento. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais**. Tese de doutorado. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1995. (xerocópias)

RATTNER, Henrique. **Prioridade: construir o capital social**. São Paulo, 2002.

WEBER, Karl. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ARACRUZ CELULOSE. **Relatório anual e de sustentabilidade 2007**. Aprendizado e desenvolvimento. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2007/section/pt/aprendizado_desenvolvimento/dialogo_ongs.htm>. Acesso: 11 jun. 2008.

ARACRUZ CELULOSE. **Relatório anual e de sustentabilidade 2007**. Relacionamento com partes interessadas. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2007/section/pt/informacoes_exclusivas_site/relacionamento_interessados.html>. Acesso: 11 jun. 2008.